

O MEIO AMBIENTE E A COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO

Propósito nosso, com este trabalho, é analisar o meio ambiente como um dos elementos fundamentais da ocupação colonial de Mato Grosso. Entendemos que o conceito de natureza deve ser pensado ao mesmo tempo em que se processam as relações sociais de determinada população.

A idéia de que o homem poderá conquistar e dominar a natureza, bem como desvendá-lhe os mistérios, tornando-se dela possuidor, abrigou uma ação civilizatória, mediatizada por conceitos, normas e valores, historicamente determinados pela concepção européia do século XVIII. No nosso contexto, encorajou os administradores da Capitania de Mato Grosso a levar a termo as palavras do Gênesis: - “enchei a terra e submetei-a”.

Palavras-Chave: meio ambiente, colonização, natureza.

ABSTRACTS

This article examines the environment as one of the principal components of the colonial occupation in Mato Grosso. We understand that the concept of nature should be considered in the context of the social relationships of a given society. The idea that the human being can conquest nature as well as reveal its mysteries becoming its owner lodged a civilizing action mediated by concepts, norms, and values historically determined by the European conception of the 18th Century. In the context of Mato Grosso, it encouraged the administrators of the captaincy of Mato Grosso to carry forward the words of Genesis: “fill earth and subdue it”.

Keywords: Environment, colonization, nature.

INTRODUÇÃO

A História como outras ciências, vem passando, desde o final do século passado, por profundas mutações. Presenciamos o aparecimento de novas abordagens. Novas questões epistemológicas, novos paradigmas vêm sendo discutidos e, assim, novas trilhas na exploração histórica vêm aflorando.

A riqueza das fontes e dos acervos documentais, aliada à preocupação em construir e percorrer os caminhos da História reuniu pesquisadores que, embora provenientes de horizontes diferenciados, perseguiram objetivos semelhantes. Como resultado, trabalhos vieram a lume, constituindo, hoje, contribuições significativas para a construção histórica do Brasil e, particularmente, de Mato Grosso.

¹Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao estudar a ocupação de Mato Grosso no início do século XVIII, a maior preocupação da historiografia se concentrava na análise da defesa da fronteira, com vistas à preservação da exploração aurífera e, por consequência, dos domínios portugueses na América.

Os pesquisadores estiveram, no mais das vezes, ocupados em analisar as formas de exploração do ouro e a sua contribuição para o processo de acumulação de capital. Elemento de fundamental importância para a ocupação de Mato Grosso, o meio ambiente não figurou objeto de análise. Pensando nesta questão, iremos empreender um estudo que recupere o meio ambiente como um dos elementos responsáveis para a construção da identidade deste Estado.

É importante assinalarmos que toda a cultura elabora os seus conceitos, incluídos aqueles sobre a natureza, à medida que desenvolve suas relações sociais. Portanto, um dos conceitos básicos de uma cultura é aquele atinente à natureza. Mais ainda. Devemos entender que a natureza e cultura se condicionam reciprocamente, e que o homem naturalmente produz cultura. Assim sendo, é preciso compreender que o conceito de natureza deva ser analisado ao mesmo tempo em que se processavam as relações sociais de uma específica população.

Neste universo, a relação natureza-objeto versus homem-sujeito terá como propósito revelar que ser sujeito é ser dono de seu próprio destino, e que este homem-sujeito tanto age como se submete. Bem mais. É em torno do conceito de natureza que se tecem as relações sociais, e daí, sim, surge a visão de natureza para os homens. A tradição intelectual do mundo ocidental, que já perdura séculos a fio, precisou a forma de ver o mundo que moldou nossas sociedades e influenciou o resto do planeta. Esta tradição congrega várias idéias e valores, entre elas a visão do mundo como sistema mecânico formado por blocos elementares. Visão esta herdada da filosofia cartesiana e da ciência de Newton. Outra idéia é aquela de que a crença, num progresso material sem limites, deveria ser alcançada através do crescimento econômico e tecnológico. Ocorre que os racionalistas não conseguiram captar a noção de que as relações humanas histórico-sociais instituídas não se estabelecem exclusivamente em função de interesses práticos imediatos, mas sim nas relações simbolicamente mediadas homem-homem. Somente após a revolução industrial, a concepção de uma natureza objetiva e exterior ao homem apareceu, criando como pressuposto a idéia de homem não natural, homem de fora da natureza. Por outras palavras, homem como um ser exterior à natureza, não

como parte dela. Nesse período, os estudiosos passaram a propor a separação entre as ciências, estabelecendo a divisão entre as ciências do homem e as ciências da natureza. A partir de então, surge não só nova concepção do mundo, mas novo postulado que perdura até os dias de hoje. Elabora-se um conceito de natureza no qual o homem se encontra deslocado dela (Gonçalves, 1990)

Para a burguesia, a riqueza estava a depender do crescimento da capacidade de trabalhar a terra, do rendimento do trabalho. Assim, quando se pensava na natureza, o justo era utilizar-se dela, ou melhor, abusar dela. Impossível ao homem burguês pensar na terra sem associá-la à idéia de que *“terra não cultivada significava homens incultos”*.(Cf.: Thomas,1996:17). No século XVIII, eis o pensamento predominante: as obras do homem não só embelezavam a natureza como a complementavam. Para o colonizador europeu, o domínio sobre a terra conquistada significava o progresso civilizatório. Levavam a termo as palavras do Gênese: *“enchei a terra e submetei-a “ conforme nos lembra Keith Thomas. Os animais, as plantas e os seres exóticos sempre despertaram no europeu sentimentos dos mais diversos, indo da curiosidade ao medo.*

Em carta enviada a Portugal em 1751, ao chegar ao Brasil, Dom Antonio Rolim de Moura demonstrava quanto o europeu estava imbuído dessa visão. Ao tempo em que admirava a exuberância da natureza da América, com ela se assustava. Assim se expressava:

“Meu primo e senhor. Quanta terra, e quanta água tenho passado depois que vos escrevi! Rios tão caudalosos, matos tão espessos, e campos tão dilatados, que fazem admiração principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como o Reino. Desejara lembrar-me e saber ordenar tudo, quanto passei, e vi: o que não só vos servirá de divertimento pela novidade mas também a um desafogo, e alívio”. (Cf.: Rolim de Moura, 1982:3)

Se, para nós, cada cultura elabora o próprio conceito de natureza, e este conceito ocorre na medida em que se processam as relações sociais, estudar a sociedade mato-grossense pressupõe entendê-la dentro dessa perspectiva.

Desde o Discurso sobre o Método de Descartes, a oposição homem-natureza se torna centro do pensamento, inspirando os ideólogos modernos e contemporâneos. Descartes afirmava que, com o método, seria possível ao homem obter conhecimentos que fossem mais úteis à sua vida. Menosprezava aqueles conhecimentos apregoados pela filosofia especulativa. Acreditava que o método levaria o homem *“ao conhecimento da força e ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos*

os outros corpos celestes que nos cercam... e assim nos tornando como que senhores e possuidores da natureza”.(Cf.: Descartes,1985:67).

Analisando a filosofia cartesiana, podemos dela destacar o aspecto prático adquirido pela ciência. Em acréscimo, o uso da natureza como recurso, como um meio para atingir a um fim. O uso do método lhe confere o caráter pragmático. Com a idéia de que, no recorrer ao método, *o homem poderá conquistar e dominar a natureza, e penetrar em seus mistérios, tornando-se possuidor dela*, Descartes nos presenteia uma visão antropocêntrica. Vislumbramos a oposição homem-sujeito, natureza-objeto, fazendo do homem um ser todo-poderoso. O aprimoramento da técnica consagrou sua capacidade de dominar a natureza.

As palavras de Rolim de Moura se adaptam muito bem para compreendermos como a relação homem-natureza estava simbolicamente mediatizada por normas, valores e objetivos históricos, culturalmente determinados pela concepção européia daquele momento. Ou seja, a natureza posta a serviço do homem, passível de ser dominada. Se, de um lado, a exuberância da natureza poderia servir de divertimento para quem estava na distante Europa, para aquele que deparava pela primeira vez com ela poderia, bem ao contrário, ser assustadora. Ainda assim, era preciso enfrentá-la, estabelecendo sobre ela a relação de conquista.

Em outro trecho dessa mesma carta, o governador da Capitania de Mato Grosso passa a informar a seu primo como se instrumentou para enfrentar a dura jornada até Cuiabá. Vejamo-lo: *“em São Paulo demorei dez dias, que foram precisos para dispor algumas coisas pertencentes à viagem dos rios. A experiência é que foi mostrando a necessidade de muitas coisas...foi necessário esperar por elas, e também dar lugar que crescesse o milho, o feijão e se fizessem as farinhas e toucinhos; uma e outra coisa me demorou até agosto”*...

A própria natureza ia tecendo os pressupostos necessários para que a viagem se concretizasse. Nesta, são embarcados remeiros, pilotos, soldados, guias e toda bagagem indispensável para dar conta da viagem. Uma comitiva de cento e noventa homens, especializados e preparados para conduzir as canoas, com conhecimento de navegação; soldados apetrechados para vencer os inimigos *“selvagens”* (índios e animais). Tudo isso para cumprir uma determinação real: aumentar e fortalecer os novos domínios auríferos. Para neles se estabelecer, impunha-se dominar os obstáculos que o ambiente apresentava.

Em determinados momentos, a natureza era vista como uma dádiva; em outros, considerada um empecilho. Os carrapatos, as formigas, as moscas e mosquitos, verdadeiros tormentos daquele que se aventurava nestes sertões. No relato de Rolim de Moura, encontramos queixas que nos atestam isso: *“houveram partes que nos enchamos de carrapatos, os quais se ferravam no corpo, faziam brotoeja, e comichão desesperada. Para tirar foi preciso lavar-se, ou melhor sujar-se com água de tabaco de fumo, que é o que os faz cair. Também pelo rio Pardo encontramos umas formigas que aonde chegam roem tudo”*.

Outras vezes, o colonizador deparava com obstáculos que não conseguia vencer. Outra saída não havia: forçoso conviver com eles. O clima era um desses obstáculos. Com ele vinham as doenças, as sezões, e as mortes: *“com as vazantes dos rios começam a picar as sezões nesta vila geralmente todos padecemos por bastantes meses”*. (Cf.: Rolim de Moura, 1982). As sezões não poupavam ninguém: nem o homem branco nem o negro. As crianças e os velhos eram os que apresentavam índice de maior mortalidade. Aliado aos *“ares ainda brutos”* (Cf.: Coelho, 1872), a população perecia com a falta de alimentos, pois, na maioria das vezes, no toucinho e no feijão se resumiam os mantimentos. Pouco se produzia no País. A busca do ouro desvendava as matas, produzia alagados e águas paradas. Para a lavoura, não se dispunha de tempo. A lavoura que resistia, era normalmente atacada pelas pragas, pelos ratos e, vezes sem conta, abandonadas pelo próprio colono diante de iminentes ataques dos gentios, quando não em razão de novas descobertas auríferas. Contudo, mesmo com a dificuldade do clima, nada embaraçava o colonizador. Assim se expressava Dom Rolim: *“a terra é plana com bons matos para a lenha, e madeiras e bons campos para os gados”*. De notar: a natureza sempre pronta para servir aos interesses do homem.

Desde a descoberta do continente americano, os europeus sentiam a obscura sensação de que o clima e a terra deveriam produzir riquezas extraordinárias, necessárias à manutenção da civilização européia. Diante da exuberância dessa natureza, o colonizador se via dominado por três sentimentos: *o de entusiasmo*, pela novidade diante da flora e fauna; *de admiração*, pela sua excepcional beleza, e *de angústia*, pelo desconhecido. Devemos nos lembrar de que a natureza européia, a princípio, era de domínio dos senhores feudais, e mais tarde da própria Coroa. De qualquer forma, sua preservação retratava elemento necessário para a manutenção da sua sobrevivência bem como para a sobrevivência de seus vassalos. Tributos eram

cobrados pelo uso da terra, da floresta, das águas e de seus animais. Os guardas-florestais e guarda-caças tomavam conta dos domínios de seus senhores com excepcional cuidado. A caça ilegal de alguns animais era punida com pena de morte. A lenha deveria ser recolhida e entregue ao senhor do campo, que a repartia avarentamente com seus vassalos. As florestas simbolizavam poder e riqueza. Mais que isso: a floresta representava uma propriedade particular, cabendo ao proprietário direito sobre a natureza. Os cervos não eram somente considerados beleza e ornamento da floresta, mas sim o alimento dos reis, por se tratarem do troféu mais nobre das caçadas. No entanto, o rápido crescimento demográfico, em toda a Europa, veio com “o grito: plantem, cortem, queimem e lucrem”. (Cf.: Schama, 1996:56). Pelos rios, a madeira poderia ser despachada para os portos, as florestas reais devastadas e transformadas em áreas para grande plantio de grãos, quando não de pastagens. Nem mesmo os últimos redutos das florestas frias e temperadas do Norte da Europa resistiram ao ímpeto dos ricos negócios. Em meados do século XVIII, até as florestas da Lituânia não foram poupadas. Covas de potassa se acumularam em nuvens densas, de onde anteriormente se erguiam amieiros. O alcatrão era extraído das bétulas, e o breu, dos pinheiros. A devastação acompanhava a onda do comércio internacional (Schama,1996). Os assentamentos clandestinos, e de novos posseiros, foram aumentando à medida que crescia o índice de habitantes pobres nos condados. A turfa e a lenha, que eram somente usadas para consumo, passaram a ser vendidas. Na Inglaterra, com o propósito de controlar a criminalidade e de coibir os assentamentos ilegais, foi instituída, em 1783, a Lei Negra de Walthan (Thompson, 1987). No entanto, seu principal objetivo era o de preservar a propriedade, o direito dos senhores sobre a natureza, bem como a liberdade de os proprietários fazerem o uso que melhor lhes conviesse sobre os recursos encontrados nas florestas. Reformaram-se as leis para que se expandissem os negócios. Orgulhosamente, anunciava-se que o planejamento científico para o replantio das espécies traria novos e bons frutos. O comércio, tanto quanto a idéia da riqueza que dele advinha, trouxe a destruição das últimas áreas intactas na Europa (Schama, 1996). Outra saída não se apresentava que não a de avançar sobre os novos continentes.

A busca do conhecimento, como a urgência de domínio sobre este novo continente, era acompanhada pela necessidade premente de descobrir ouro. Já em seu Diário, Colombo afirmava: “*deve haver muitas coisas que não o sei mas, entre tantas ilhas tem que haver ouro*”(Cf.:Gerbi,1992:39). A descoberta incitava também o desejo

de reconhecer novos tipos de ervas e vegetais, úteis ao comércio europeu. A atitude de Colombo diante da natureza se subordina, estritamente, às suas ambições e ao seu sonho político. Sonho este que deveria servir aos interesses da Metrópole.

A bem da verdade, ao mesmo tempo em que descreviam o meio ambiente, dele se lamuriando, iam tecendo novos conhecimentos sobre ele. A idéia de conhecer, para controlar e favorecer a ocupação fazia parte do cotidiano. Américo Vespucci, em sua viagem à América, vinha com a preocupação em definir a forma deste Novo Mundo. O propósito deste seu empreendimento era obter fama e fortuna. Ainda que assim, diante da exuberância da natureza do Novo Mundo, apresenta em suas cartas uma humildade interrogativa. Em 1502, fazendo uma descrição coerente e consciente da natureza física e dos habitantes da costa do Brasil, demonstrava que, antes de tudo, era forçoso conhecer para depois explorar. Sua atitude de respeito pelo novo nos mostra quanto este florentino, educado na mais culta sociedade renascentista, era realista e prático. Se o novo assustava, também despertava o sentimento de curiosidade. Algo mais que mera curiosidade, algo capaz de levar ao aproveitamento, à riqueza. (Gerbi, 1992) Por prevalecer a idéia de que o homem poderia vencer a natureza através de sua potencialidade, e que o conhecimento técnico assim o favoreceria, a Coroa enviou ao Brasil expedições de reconhecimento, para estabelecer limites mais definidos, explorar as vias navegáveis, as madeiras e as ervas. Por fim, as riquezas naturais aproveitadas de maneira mais racional, eis o que se pretendia.

Em Mato Grosso, o aproveitamento prático da navegabilidade dos rios e o conhecimento da existência de riquezas permitiram à Coroa portuguesa fixar os melhores limites, quando da definição dos tratados entre Portugal e Espanha. As expedições reconhecedoras de limites, enviadas pela Coroa, compostas por astrônomos e engenheiros especializados, foram decisivas para que as potencialidades da região fossem incorporadas ao território português.

A preocupação com a precisão na feitura de mapas, para melhor aproveitamento dos caminhos, pode ser verificada nas cartas enviadas ao reino por Dom Rolim: *“quando vim para esta capitania tive a curiosidade de Santos em diante de vir sempre com o agulhão na mão observando os rumos e conjeturando pôr fantasias as marchas, assim de terra como dos rios. Do Cuiabá para aqui fiz mesmo com o fim de remeter a Sua Majestade um mapa destes caminhos, se não exato, ao menos que de algum modo buscase com menos distancia a verdade”*... (Cf.: Rolim de Moura, 1982)

Podemos observar que o detalhamento das informações pretendia identificar as distâncias que favoreceriam o escoamento das riquezas dos recursos naturais da região, encurtando os caminhos entre a Colônia e a Metrópole. Buscar a verdade significava elaborar um instrumento que encurtasse as rotas e, por conseqüência, o tempo, para chegar até as minas de ouro. A idéia de natureza-objeto, dominada pelo homem-sujeito, dava ao colonizador a perspectiva de que a ele nada seria impossível vencer. Quando, em outra correspondência, Rolim de Moura descrevia os pantanais formados pelo rio Cuiabá, por ocasião de suas cheias, no manifestar sua admiração diante da abundância das águas e dos perigos aí existentes, não punha dúvidas em que conseguiria conhecer e dominar a natureza. Acreditava que a técnica e os instrumentos de orientação seriam seus aliados. Ao colonizador só seria necessário adaptar-se ao *viver à sertanista*, assentado em parques recursos. Nesse sentido, o depoimento do primeiro governador é contundente:

“Nada desta beleza, nada desse meio, nenhuma cachoeira será impossível de se desembaraçar, tudo é factível de ser vencível, ela a natureza, está aí, para ser disposta pelo homem por aquele que a souber controlar, aos poucos estaremos compreendendo tudo sobre ela”. (Cf.: Rolim de Moura, 1752)

Para esses colonizadores, a visão do sertão se identificava com riqueza e fartura. A flora e a fauna, associadas à variedade mineral, proporcionariam poder e riqueza.

O domínio sobre as águas esteve sempre presente na percepção do colonizador. Caminhos a trilhar. Rotas que levariam as outras descobertas, ao estabelecimento de nova civilização. Aprender a navegar pelos rios, conhecer cada cachoeira, cada salto, cada banhado, era fundamental para poder transitar pelos sertãos. Às monções cabia abastecer as minas de Cuiabá. Sem elas não se sobreviveria. Estas monções eram organizadas em termos e em espírito marítimo, como nos demonstra Carlos Moura. Dizia ele: “as monções cruzavam mais de 500 léguas de trabalhosa e perigosíssima navegação fluvial através de inóspitos e desoladores sertões, desde Araritaguaba, em São Paulo, até Cuiabá”.

Para o colonizador, o homem era um ser descolado da natureza. Nessa linha, o índio também era visto como alguém fora da natureza: sempre ameaçador, inimigo que impedia a conquista da terra. O cronista Barbosa de Sá nos relata que os índios Paiaguás, num ataque fulminante a uma monção, mataram seiscentas pessoas e apresaram vinte canoas . Os ataques se faziam constantes. Por essa razão, o Conselho

Ultramarino, em 7 de dezembro de 1752, recomendava ao governador de São Paulo que fornecesse todo socorro possível, de gente e munições. Objetivava franquear a navegação para Cuiabá, com vistas a impedir as terríveis emboscadas navais dos índios canoieiros.

Rolim de Moura considerava o índio um ser bárbaro, sem fidelidade, hostil e atrevido. Em suma, o pior inimigo a ser combatido: *“nestes sertões, no transito deles reputamos o gentio como o maior inimigo da coroa a ele nada é lícito, combate brancos e negros destroe o animo dos comboeiros, em contrapartida conhece todos os segredos e caminhos destes pantanais...”* (Cf.: Rolim de Moura, 1752).

Por isso, fundamental transformá-los em vassallos úteis, capazes e servis. Sua importância residia no fato de que conheciam os segredos da natureza, com ela convivendo em harmonia. Seriam instrumentos indispensáveis para dominar o meio ambiente, bem assim para conhecer e desvendar os segredos da flora e da fauna. Mão-de-obra passiva, quando reduzida, os índios sempre foram vistos como objetos não pertencentes à natureza. Deslocados do “mundo civilizado”, não poderiam ser entendidos como seres capazes de produzir, nem de construir a América, o mundo sonhado pelo colonizador.

O conceito de natureza, elaborado pelo colonizador, respondia aos objetivos ditados pela necessidade imperativa de explorar a riqueza aqui existente. O projeto civilizatório empreendido pelo europeu, que almejava dominar a natureza, colocou o homem como não-natureza. Não fosse o homem assim pensado, a questão da dominação da natureza sequer afloraria

As práticas de exploração dos recursos naturais, utilizadas pelo colonizador europeu em Mato Grosso, trouxeram conseqüências desastrosas, sentidas por ele em período não muito distante. A fome, as pragas, as doenças refletiam a prática da mineração e ocupação desordenadas. A exploração do homem pelo homem foi, sem dúvida, resultado de um processo ideológico que marcou a construção da sociedade ocidental, possibilitando, ainda hoje, ver a natureza como algo estranho a nós. Decorrência da barbárie civilizatória, da visão eurocêntrica que nos sulcou marcas profundas. Esta concepção se desdobrou em teorias raciais, dando foros de veracidade à idéia de superioridade do europeu, sobre o negro e o índio. (Lisboa, 1995)

Ao final do século XVIII, a natureza dos trópicos se torna objeto de estudos detalhados e de uma obstinada pesquisa científica. Os naturalistas europeus, seguidores

de Lineu, ao percorrerem a América, dissecaram a natureza de maneira sistemática, e aos olhos da História natural. Vieram ao Novo Mundo catalogando, descrevendo, identificando, fazendo com que as diferentes espécies perdessem sua estranheza, ao transmiti-las para compêndios da flora e fauna universal. De estranha e assustadora, a natureza passa a sedutora e hospitaleira. Tão significativa esta mudança, que Spix e Martius assim se manifestam: “*no gozo de noites encantadoras e pacíficas, lembra-se o europeu recém-chegado, com saudade, sua pátria até que a rica natureza tropical se vai tornando para ele uma segunda pátria*”. (Cf.: Lisboa, 1995)

Para os naturalistas, o homem, notadamente o europeu, constituía a maior obra de criação na terra, assegurando-lhe superioridade em relação às demais criaturas da natureza. Isso lhe conferia o poder de transformar a superfície da terra, eliminando os seres mais frágeis, ou hostis, através de seu modelo civilizatório. Enfim, a paisagem domesticada infundia um sentimento de segurança e tranquilidade. A natureza tropical assustava, não contribuía para a riqueza da nação. Terra inculta sinonimizava terra pobre, era anti-riqueza. A idéia de beleza pitoresca foi necessário separá-la da paisagem inculta. O gosto pela natureza selvagem se torna, no século XVIII, “uma espécie de ato religioso”. (Thomas, 1989)

Assim, nos relatos dos naturalistas, encontramos a natureza descrita por imagens de ambientes paradisíacos e infernais.¹

Construir o conceito de natureza e conviver com ele, aplicando-o na edificação desta nova sociedade, parece adquirir consistência na afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil:

“A tentativa de implantação da cultura européia em um extenso território, dotado de condições naturais se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos : o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução, próprio de outro clima e de outra paisagem”. (Cf.: Holanda, 1969:3)

Enfim, referimo-nos a uma sociedade européia que para cá transportou seu postulado, sua concepção de mundo, até mesmo ignorando o conceito de natureza dominante na cultura indígena.

Analisando a legislação produzida no período, verificamos quando a idéia de natureza objetiva, exterior ao homem, parece cristalizar-se na idéia de homem natural e fora da natureza.

Destacam-se cartas régias e bandos normativos de controle de ocupação da terra, distribuição de datas auríferas, uso da mão-de-obra, disciplinando o estabelecimento de arraiais, definindo e controlando os caminhos a serem trilhados, disciplinando a população, criando milícias . Tudo isso levava a marca da visão antropocêntrica e pragmática, que tão bem serviu ao colonialismo.

A segurança demonstrada por Rolim de Moura, ao escolher o sítio apropriado para fundar Vila Bela da Santíssima Trindade e fixar o domínio português no extremo oeste da Capitania, atesta a certeza que ele tinha no que respeita ao controle sobre a natureza. Ao mesmo tempo em que ia disciplinando a Capitania, emitindo medidas legais, sua população ia incorporando o discurso oficial. Este escamoteava a existência de tensão social e de conflito natural, tratando a natureza como um objeto passivo.

Tomando por empréstimo as observações do Professor Gonçalves, a *ciência vista como algo em que homem caminhava do presumido para o desconhecido, na tentativa de decifrar o que ele via como cifrado*. Estranho que, para isso, se pretendia utilizar-se do método. Mais estranho ainda era que se pretendia dominar o método para desvendar os mistérios da natureza, sem contudo entrar numa relação efetiva com ela.(Gonçalves, 1989). Sabemos, no entanto, que nenhum método pode ser construído a partir da relação com o objeto. Esse dialogo permanente entre sujeito e objeto, a separação existente entre eles, levou o homem europeu a colonizar este País de tal forma que a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda ganha foros de realidade : *“parece que somos produto de algo estranho, de outro clima, de outra paisagem”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Felipe José Nogueira.*Grosso*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. vol. **13**, 1872. Memórias Cronológicas da Capitania de Mato

DESCARTES, R. *Discurso sobre o Método*. **Os Pensadores**, São Paulo, Editora Abril, 1986.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Philosophica do Grão Pará, Rio Negro, Matto Grosso e Cuyabá**. Brasília. Conselho Federal de Educação- 4 vols. 2. pranchas com desenhos 1981.

_____. **Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso. In. Progresso Médico-** tomo 1º, Rio de Janeiro.

GERBI, Antonello. La naturaleza de las Indias Nuevas. México, Fondo de Cultura Económica,1992.

_____. **O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750- 1900).** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. São Paulo. Contexto, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raizes do Brasil. 5ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969.

LISBOA, Karen Macknow. (1995). Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização. In: Revista Brasileira de História, vol 15, nº 9 .São Paulo, ANPUH/Contexto,1995.

Carta de Antonio Rolim de Moura enviada a D. José I em 18 de outubro de 1752.

_____. **Correspondência.** Cuiabá, Imprensa Universitária,1982, 4 vol.

MOURA, Carlos Francisco. A contribuição Naval à Formação Territorial do Extremo Oeste. Rio de Janeiro, Edição do autor,1986

SÁ, José Barbosa. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá, Ed. UFMT,1975.

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo, Companhia das Letras,1996.

SPIx, J. B. e MARTIUS.,C. F. Ph. Von. Viagem pelo Brasil 1817-1820. Tradução FURQUIM, Lúcia L. São Paulo, EDUSP,1981.

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de atitude em relação a plantas e aos animais(1500-1800). São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.